

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis do primeiro semestre de 2021 da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE**, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em junho de 2021 a **CENTRAL SICOOB NORTE** completou 22 anos e 8 meses mantendo sua vocação de instituição voltada para gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo às cooperativas associadas e suas comunidades, também com propósito de ser reconhecida como a principal instituição com serviços centralizados propulsora do desenvolvimento econômico e social de suas cooperativas filiadas.

2. Avaliação de Resultados

No primeiro semestre de 2021, a **CENTRAL SICOOB NORTE** obteve um resultado de R\$ 3.703.396,87 (três milhões, setecentos e três mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), com destaque para as rendas das aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, as rendas da participação da **CENTRAL SICOOB NORTE** nas ações do **Banco Sicoob**, e o rateio das despesas da central entre as cooperativas associadas, as quais foram as principais fontes de receitas para esse resultado. Ainda neste primeiro semestre de 2021, as sobras líquidas apuradas no exercício de 2020, no valor de R\$ 3.070.125,33 (três milhões, setenta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30.04.2021, foram destinadas para integralização no capital social das cooperativas filiadas, de forma proporcional ao pagamento do rateio do orçamento da Central

3. Ativos

Em 30 de junho de 2021, os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 2.427.523.291,62 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos) e a carteira de crédito R\$ 14.170.831,53 (quatorze milhões, cento e setenta mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos).

A maior devedora representava, na data-base 30/06/2021, o percentual de 93,82% da carteira, no montante de R\$ 13.295.676,19 (treze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e dezenove centavos).

4. Captação

Em 30 de junho de 2021, as captações de recursos junto às cooperativas singulares e ao Fundo de Risco Sistêmico-SICOOB FRS, no total de R\$ 2.379.006.985,21 (dois bilhões, trezentos e setenta e nove milhões, seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos), apresentaram uma evolução de 32,57% em relação ao montante apresentado no exercício encerrado em 31/12/2020.

A maior aplicadora detinha, na data-base 30/06/2021, o montante de R\$ 901.311.096,25 (novecentos e um milhões, trezentos e onze mil, noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), representando 37,89% do total das captações.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da **CENTRAL SICOOB NORTE** era de R\$ 74.784.849,34 (setenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos) e o quadro de associadas era composto por 9 (nove) cooperativas singulares.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise da propensa tomadora, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observadas e cumpridas, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco da afiliada e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda da tomadora pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A **CENTRAL SICOOB NORTE** adota política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem às associadas definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Neste sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todas as associadas, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A **CENTRAL SICOOB NORTE** possui uma Área de Supervisão que tem como atribuição a supervisão e monitoramento dos controles internos da Central e das cooperativas associadas, assim como atender as solicitações e acompanhar os trabalhos das auditorias internas, externas e do órgão regulador, bem como supervisionar o cumprimento dos procedimentos derivados da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao financiamento do Terrorismo na central e nas cooperativas associadas.

Além dessas atribuições, compete ainda à Gerência de Supervisão avaliar o cumprimento, pela Central e pelas cooperativas singulares associadas, das normas editadas pelas entidades fiscalizadoras e pelos órgãos de administração, emitindo relatórios conclusivos sobre os trabalhos realizados, contendo as recomendações de ajustes e melhorias necessárias.

Ressalte-se ainda que, dentre as diversas atribuições descritas em regulamento próprio, a Gerência de Supervisão, têm também, a missão de identificar e avaliar os riscos de descontinuidade de negócios da cooperativa central e orientar as cooperativas associadas na identificação dos seus riscos.

Os balanços da Cooperativa Central são auditados por auditor externo, que emite relatórios que são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa Central adota ferramentas de gestão na concessão de crédito, aliado às instruções contidas no Manual de Crédito e outros normativos, aprovados pelo Sicoob Confederação, assim como orienta as cooperativas associadas nestes mesmos princípios.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às suas associadas a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da **CENTRAL SICOOB NORTE** aderiram, em ata, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do **SICOOB-SICOOB CONFEDERAÇÃO**. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início em março de 2014 e são recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.



Agradecimentos

Agradecemos às nossas associadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Porto Velho/RO, 27 de agosto de 2021.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL SICOOB NORTE

FRANCISCO BARBOSA DE
SOUZA:10664718272
Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

Assinado de forma digital por
FRANCISCO BARBOSA DE
SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30 15:51:17 -04'00'

ALTAIR SCHRAMM DE
SOUZA:20380011204

Assinado de forma digital por ALTAIR
SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30 16:22:54 -04'00'

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL
SICOOB NORTE
CNPJ: 03.502.131/0001-65
BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		2.479.533.011,50	1.884.326.298,78
DISPONIBILIDADES	4	2.399.431,46	3.000,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5	2.441.703.724,14	1.851.649.742,41
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	1.943.807.539,06	1.484.987.137,25
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	483.715.752,56	361.316.213,76
Operações de Crédito	6	14.170.831,53	5.336.801,39
Outros Ativos Financeiros	7	9.600,99	9.590,01
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6	(4.375,78)	-
(-) Operações de Crédito		(4.375,78)	-
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	2.570,66	586,52
OUTROS ATIVOS	9	2.348.822,72	994.478,93
INVESTIMENTOS	10	31.260.716,92	30.044.671,99
IMOBILIZADO DE USO	11	3.526.965,16	3.209.484,03
INTANGÍVEL	12	214.588,48	214.588,48
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(1.919.432,26)	(1.790.253,58)
TOTAL DO ATIVO		2.479.533.011,50	1.884.326.298,78
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.479.533.011,50	1.884.326.298,78
DEPÓSITOS	13	1.886.450,75	1.520.252,99
Depósitos à Vista		1.886.450,75	1.520.252,99
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14	2.379.091.619,03	1.793.115.419,50
Relações Interfinanceiras		2.369.006.985,21	1.793.050.404,50
Centralização Financeira - Cooperativas	14.a	2.369.006.985,21	1.793.050.404,50
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.b	10.000.000,00	-
Outros Passivos Financeiros	14.c	84.633,82	65.015,00
PROVISÕES		16.215,26	16.215,26
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	272.785,00	296.043,28
OUTROS PASSIVOS	16	9.674.985,75	4.312.102,89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	88.590.955,71	85.066.264,86
CAPITAL SOCIAL	18.a	84.100.272,51	79.985.427,18
RESERVAS DE SOBRAS	18.b	2.010.712,35	2.010.712,35
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	18.c	(1.223.426,02)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.d	3.703.396,87	3.070.125,33
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.479.533.011,50	1.884.326.298,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO
BARBOSA DE
SOUZA:10664718272

Assinado de forma digital por
FRANCISCO BARBOSA DE
SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30 15:56:24 -04'00'

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

ALTAIR SCHRAMM DE
SOUZA:20380011204

Assinado de forma digital por
ALTAIR SCHRAMM DE
SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30 16:23:35 -04'00'

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04

JOSE CARLOS
CORREA DA
CUNHA:11414855249

Assinado de forma digital por
JOSE CARLOS CORREA
DA CUNHA:11414855249
Dados: 2021.08.30 16:38:01
-03'00'

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL
SICOOB NORTE
CNPJ: 03.502.131/0001-65
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS
SEMESTRES FINDOS EM
(Em Reals)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		28.431.715,65	19.172.190,59
Operações de Crédito	20	171.411,38	402.374,33
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	21.029.809,46	14.925.079,92
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.b	7.230.494,81	3.844.736,34
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(27.576.965,07)	(18.392.822,14)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(27.572.589,29)	(18.392.822,14)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.375,78)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		854.750,58	779.368,45
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.849.803,26	1.371.097,88
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		3.761,33	6.166,73
Rendas de Tarifas		90,45	161,48
Dispêndios e Despesas de Pessoal	22	(4.431.818,33)	(4.200.304,71)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	23	(1.495.893,93)	(1.704.675,42)
Dispêndios e Despesas Tributárias	24	(26.140,96)	(28.148,30)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10.a	1.952.998,28	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	25	6.983.903,43	7.445.353,92
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	26	(137.097,01)	(147.455,82)
RESULTADO OPERACIONAL		3.704.553,84	2.150.466,33
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		3.845,99	1.186,20
Outras Rendas Não Operacionais		3.845,99	1.186,20
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.708.399,83	2.151.652,53
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.002,96)	(1.723,26)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(2.501,48)	(861,63)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(2.501,48)	(861,63)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO		3.703.396,87	2.149.929,27
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		3.703.396,87	2.149.929,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
Assinado de forma digital por FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30 15:26:53 -04'00'

ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
Assinado de forma digital por ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30 16:23:58 -04'00'

JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Dados: 2021.08.30 16:38:25 -03'00'

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL
SICOOB NORTE
CNPJ: 03.502.131/0001-65
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS		3.703.396,87	2.149.929,27
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	18.c	(1.223.426,02)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e		(1.223.426,02)	-
Outros eventos que podem ser reclassificados para o Resultado		-	-
Efeito tributário		-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o Resultado			
Outros eventos que não podem ser reclassificados para o		-	-
Efeito tributário		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		2.479.970,85	2.149.929,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO
BARBOSA DE
SOUZA:10664718272

Assinado de forma digital por
FRANCISCO BARBOSA DE
SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30 15:57:13 -04'00'

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

ALTAIR SCHRAMM
DE
SOUZA:20380011204

Assinado de forma digital
por ALTAIR SCHRAMM DE
SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30
16:24:18 -04'00'

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04

JOSE CARLOS
CORREA DA
CUNHA:11414855249

Assinado de forma digital por
JOSE CARLOS CORREA DA
CUNHA:11414855249
Dados: 2021.08.30 16:38:40
-03'00'

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL
SICOOB NORTE
CNPJ: 03.502.131/0001-65
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM
(Em Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reservas para Expansão	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		51.929.311,00	1.684.770,43	-	-	7.699.609,46	61.313.690,89
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	299.609,46	-	(299.609,46)	-
Distribuição de sobras para associados		7.400.000,00	-	-	-	(7.400.000,00)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		8.576.718,00	-	-	-	-	8.576.718,00
Estorno de Capital		(701,00)	-	-	-	-	(701,00)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	2.149.929,27	2.149.929,27
Saldos em 30/06/2020		67.905.328,00	1.684.770,43	299.609,46	-	2.149.929,27	72.039.637,16
Saldos em 31/12/2020	18	79.985.427,18	2.010.712,35	-	-	3.070.125,33	85.066.264,86
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	18.d	3.070.125,33	-	-	-	(3.070.125,33)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.044.720,00	-	-	-	-	1.044.720,00
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	3.703.396,87	3.703.396,87
Ajuste de avaliação patrim. - invest. em collig. e controlada:	18.c	-	-	-	(1.223.426,02)	-	(1.223.426,02)
Saldos em 30/06/2021	18	84.100.272,51	2.010.712,35	-	(1.223.426,02)	3.703.396,87	88.590.955,71

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
 Assinado de forma digital por FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
 Dados: 2021.08.30 15:57:36 -04'00'
Francisco Barbosa de Souza
 Diretor Executivo
 CPF. 106.647.182-72

ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
 Assinado de forma digital por ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
 Dados: 2021.08.30 16:24:39 -04'00'
Altair Schramm de Souza
 Diretor Adm./Financeiro
 CPF. 203.800.112-04

JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
 Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
 Dados: 2021.08.30 16:38:55 -03'00'
José Carlos Correa da Cunha
 Contador CRC/RO 2897/O-5



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL
SICOOB NORTE
CNPJ: 03.502.131/0001-65
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020 Reapresentado
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.708.399,83	2.151.652,53
Distribuição de Sobras e Dividendos		(485.915,83)	(1.289.068,42)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.952.998,28)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.375,78	-
Depreciações e Amortizações		132.838,13	137.274,13
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.406.699,63	999.858,24
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(627.241.642,05)	(898.118.160,79)
Títulos e Valores Mobiliários		(206.644.799,59)	13.295.504,88
Operações de Crédito		(8.834.030,14)	518.241,09
Outros Ativos Financeiros		(10,98)	(12,81)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(1.984,14)	-
Outros Ativos		(1.354.343,79)	(275.451,40)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		366.197,76	453.241,60
Relações Interfinanceiras		575.956.580,71	892.744.296,76
Obrigações por Empréstimos e Repasses		10.000.000,00	-
Outros Passivos Financeiros		19.618,82	21.494,04
Provisões		-	4.215,26
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(23.258,28)	(38.001,89)
Outros Passivos		5.362.882,86	690.524,70
Imposto de Renda		(2.501,48)	(861,63)
Contribuição Social		(2.501,48)	(861,63)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(250.993.092,15)	10.294.026,42
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		485.915,83	1.289.068,42
Aquisição de Intangível		-	(10.972,50)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(321.140,58)	(24.138,53)
Aquisição de Investimentos		(486.472,67)	(1.374.480,62)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(321.697,42)	(120.523,23)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		4.114.845,33	8.576.718,00
Estorno de Capital		-	(701,00)
Distribuição de sobras para associados		(3.070.125,33)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		1.044.720,00	8.576.017,00
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(250.270.069,57)	18.749.520,19
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		315.629.142,83	62.897.164,60
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	65.359.073,26	81.646.684,79
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(250.270.069,57)	18.749.520,19

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
Assinado de forma digital por FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30 15:58:01 -04'00'

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
Assinado de forma digital por ALTAIR SCHRAMM DE SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30 16:24:59 -04'00'

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04

JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Dados: 2021.08.30 16:39:16 -03'00'

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE** encerrou o primeiro semestre de 2021 com 09 (nove) Cooperativas Singulares em seu quadro de associadas que estão distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Buritis/RO	01
Ji-Paraná/RO	02
Manaus/AM	01
Ouro Preto do Oeste/RO	01
Pimenta Bueno/RO	01
Porto Velho/RO	01
Rio Branco/AC	01
Vilhena/RO	01

O **SICOOB NORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/08/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Mudanças na forma de apresentação dos Demonstrativos Contábeis de 2020 e 2021

A partir de abril de 2021, em atendimento ao “CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE vem tomando todas medidas necessárias mediante implantação de plano para contenção/prevenção junto a seus associados, colaboradores e a comunidade no sentido de evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos governamentais, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

2.3. Reapresentação dos saldos comparativos da Demonstração do Fluxo de Caixa de 30/06/2020

Os saldos comparativos da Demonstração do Fluxo de Caixa, relativos a 30 de junho de 2020, estão sendo reapresentados em cumprimento à Resolução CMN nº 4.007/2011, tendo em vista correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizados pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Publicação 30/06/2020	Ajuste / Reclassificação	Saldo Reapresentado
Caixa líquido de atividades operacionais	740.123.852,26	(729.835.825,84) (a)	10.288.026,42
Caixa líquido da atividade de investimento	(120.523,23)	0,00	(120.523,23)
Caixa líquido da atividade de financiamento	8.576.017,00	0,00	8.576.017,00
Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	748.579.346,03	(729.835.825,84)	18.743.520,19
Caixa e equivalentes de caixa início do período	768.702.020,71	(705.804.856,11) (a)	62.897.164,60
Caixa e equivalentes de caixa final do período	1.517.281.366,74	(1.435.640.681,95) (a)	81.646.684,79
Variação do caixa e equivalentes de caixa	748.579.346,03	(729.835.825,84)	18.749.520,19

- a) Reclassificação do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários das atividades operacionais para caixa e equivalentes de caixa, tendo em vista atenderem às características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido no item 6 do CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 4.720/2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado entre atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **Sicoob Confederação**, avaliadas pelo método de custo histórico e ações do **Banco Sicoob**, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Disponibilidades	2.399.431,46	6.000,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	34.133.543,16	0,00
Títulos e Valores Mobiliários (a)	28.826.098,64	81.640.684,79
TOTAL	65.359.073,26	81.646.684,79

- a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Instrumentos Financeiros – Aplicações Interfinanceiras e TVM

Em 30 de junho de 2021 e 31/12/2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2021		Total	31/12/2020		Total
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
Títulos Privados Pós-Fixados - Renda Fixa (a)	1.666.921.338,58	276.886.200,48	1.943.807.539,06	1.251.848.391,31	233.138.745,94	1.484.987.137,25
Títulos Públicos Pós-Fixados - Livres - Renda Fixa (a)	23.016.690,51	95.580.292,27	118.596.982,78	1.904.446,18	18.470.459,57	20.374.905,75
Cotas Fundos de Investimentos - DTVM (b)	365.118.769,78	0,00	365.118.769,78	340.941.308,01	0,00	340.941.308,01
TOTAL	2.055.056.798,87	372.466.492,75	2.427.523.291,62	1.594.694.145,50	251.609.205,51	1.846.303.351,01

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 98,34% e 104,69% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos semestres findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 foram respectivamente R\$ 21.029.809,46 (vinte e um milhões, vinte e nove mil, oitocentos e nove reais e quarenta e seis centavos) e R\$ 14.925.079,92 (quatorze milhões, novecentos e vinte e cinco mil, setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

b) Títulos e valores mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 foram respectivamente R\$ 7.230.494,81 (sete milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos) e R\$ 3.844.736,34 (três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos).

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	5.386.566,33	6.812.500,34	12.199.066,67	2.753.467,91	2.583.333,48	5.336.801,39
Financiamentos	405.098,15	1.566.666,71	1.971.764,86	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	5.791.664,48	8.379.167,05	14.170.831,53	2.753.467,91	2.583.333,48	5.336.801,39
(-) Prov. para Operações de Crédito	(2.500,78)	(1.875,00)	(4.375,78)	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.789.163,70	8.377.292,05	14.166.455,75	2.753.467,91	2.583.333,48	5.336.801,39

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Financiamentos	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	11.323.911,33	1.971.764,86	13.295.676,19	0,00	5.336.801,39	0,00
A	0,50%	Normal	875.155,34	0,00	875.155,34	(4.375,78)	0,00	0,00
Total Normal			12.199.066,67	1.971.764,86	14.170.831,53	(4.375,78)	5.336.801,39	0,00
Total Geral			12.199.066,67	1.971.764,86	14.170.831,53	(4.375,78)	5.336.801,39	0,00
Provisões			(4.375,78)	0,00	(4.375,78)		0,00	
Total Líquido			12.194.690,89	1.971.764,86	14.166.455,75		5.336.801,39	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos / Capital de Giro	1.136.566,48	4.249.999,85	6.812.500,34	12.199.066,67
Financiamentos	105.098,18	299.999,97	1.566.666,71	1.971.764,86
TOTAL	1.241.664,66	4.549.999,82	8.379.167,05	14.170.831,53

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	Financiamento	30/06/2021	% da Carteira
Outros / Capital de Giro	12.199.066,67	0,00	12.199.066,67	86,09%

Outros / Financiamentos	0,00	1.971.764,86	1.971.764,86	13,91%
TOTAL	12.199.066,67	1.971.764,86	14.170.831,53	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	0,00	0,00
Constituições	4.375,78	0,00
TOTAL	4.375,78	0,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	13.295.676,19	94%	5.336.801,39	100%
10 Maiores Devedores	14.170.831,53	100%	5.336.801,39	100%

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		Total	31/12/2020		Total
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
Rendas a Receber	87,83	0,00	87,83	76,85	0,00	76,85
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	0,00	9.513,16	9.513,16	0,00	9.513,16	9.513,16
TOTAL	87,83	9.513,16	9.600,99	76,85	9.513,16	9.590,01

a) Refere-se aos depósitos judiciais para Interposição de recursos trabalhistas, conforme demonstrado na nota 32.

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Posição em 30/06/2021 e 31/12/2020

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	2.570,66	586,52
TOTAL	2.570,66	586,52

9. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	209.405,21	28.935,82
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (b)	142.699,58	4.547,59
Adiantamento por Conta de Imobilizações	0,00	312.309,46
Pagamentos a Ressarcir (c)	1.857.141,90	527.243,37

Devedores Diversos – País (d)	8.282,56	10.100,00
Material em Estoque	25.024,58	27.068,68
Despesas Antecipadas (e)	106.268,89	84.274,01
TOTAL	2.348.822,72	994.478,93

- a) Refere-se a adiantamentos de salários, 13º e férias;
- b) Saldo composto substancialmente por adiantamentos para despesas diversas;
- c) Refere-se as despesas custeadas pelo Sicoob Norte a serem ressarcidas pelas Filiadas por meio de rateio;
- d) Refere-se a planos de saúde a receber e pendências a regularizar de curto prazo;
- e) Refere-se as despesas com IPTU, vale alimentação, contribuição cooperativista e Alvará de Localização e Funcionamento, pagos antecipadamente e apropriados em conta de resultado mensalmente;

10. Investimentos

Em 30 de junho de 2021, os investimentos da CENTRAL SICOOB NORTE estão compostos por ações ordinárias e preferenciais no Banco Sicoob e por quotas de capital nas demais empresas constantes do quadro abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participações Inst. Financ. Controlada Cooperativa de Crédito Banco Sicoob (a)	22.643.404,99	21.427.360,06
Confebrás	632,47	632,47
Sicoob Confederação	8.196.963,33	8.196.963,33
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa-CNAC	287.216,13	287.216,13
ANNESLLUS Assessoria Ltda	120.000,00	120.000,00
Sicoob Adm. e Corretora de Seguros	12.500,00	12.500,00
TOTAL	31.260.716,92	30.044.671,99

- a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 2021, com o resultado de equivalência patrimonial o resultado no montante de R\$ 1.952.998,28 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos		260.000,00	260.000,00
Edificações	4%	1.047.558,57	1.047.558,57
Instalações	10%	855.314,19	546.804,73
Móveis e equipamentos de Uso	10%	547.172,37	539.600,70
Sistema de Processamento de Dados	20%	723.996,21	722.596,21
Sistema de Segurança	10%	92.923,82	92.923,82
Total de Imobilizado de Uso		3.526.965,16	3.209.484,03
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações		(475.262,21)	(454.311,05)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(254.741,80)	(215.156,14)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(385.807,84)	(366.798,99)

(-) Depreciação Acumulada de Equip. de Proc. de Dados	(587.669,54)	(544.131,60)
(-) Depreciação Acumulada do Sistema de Segurança	(21.177,80)	(20.322,80)
(-) Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	(1.724.659,19)	(1.600.720,58)
TOTAL LÍQUIDO	1.802.305,97	1.608.763,45

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	40.000,00	40.000,00
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	174.588,48	174.588,48
Total de Intangível	214.588,48	214.588,48
(-) Amortização. Acumulada de Ativos Intangíveis	(194.773,07)	(189.533,00)
(-) Total de Amortização de ativos Intangíveis	(194.773,07)	(189.533,00)
TOTAL LÍQUIDO	19.815,41	25.055,48

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

O saldo de depósito à vista refere-se a recursos do Fundo de Prevenção ao Risco Sistêmico Sicoob Norte, constituído com recursos destinados de sobras acumuladas do Sicoob Norte, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Depósito à Vista	1.886.450,75	1.520.252,99
TOTAL	1.886.450,75	1.520.252,99

14. Demais Instrumentos Financeiros

a) Relações Interfinanceiras

Posição da carteira de Relações Interfinanceiras em 30/06/2021 e 31/12/2020:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	2.369.006.985,21	1.793.050.404,50
TOTAL	2.369.006.985,21	1.793.050.404,50

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema **SICOOB NORTE** para fins de centralização financeira. A remuneração da centralização financeira no primeiro semestre de 2021 foi de 104,93% do CDI, no valor de R\$ 27.572.589,29 (vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos). No primeiro semestre de 2020, a média foi de 98,43% do CDI, no valor de R\$ 18.392.822,14 (dezoito milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e quatorze centavos) e sua liquidez é imediata. A remuneração da centralização financeira paga pela Central às suas cooperativas singulares é classificada como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Repasso captado junto ao Governo do Estado de Rondônia, por intermédio do Fundo de Investimento Industrial do Estado de Rondônia-FIDER, mediante assinatura de um Termo de Colaboração nº 001/PGE-202, que tem por objetivo a oferta de microcrédito produtivo e orientado, que segundo o Termo firmado, constitui objeto do presente instrumento a conjunção de esforços dos participantes, com vistas a operacionalizar o programa de apoio às micros e pequenas empresas e empreendedores de pequeno negócios do Estado de Rondônia-PROAMPE/RO, cujos recursos serão repassados às cooperativas filiadas ao Sicoob Norte mediante critérios e limitação de valores que serão emprestados aos proponentes com taxas e prazos especiais, de acordo com os seguimentos definidos no referido Termo.

Posição da carteira de Relações Interfinanceiras em 30/06/2021 e 31/12/2020:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por Repasses - Microcrédito	10.000.000,00	0,00
TOTAL	10.000.000,00	0,00

c) Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	84.633,82	65.015,00
TOTAL	84.633,82	65.015,00

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferida

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	1.452,85	500,23
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	36.467,78	41.233,08
Impostos e Contribuições sobre Salários (a)	234.805,83	254.247,22
Outros	58,54	62,75
TOTAL	272.785,00	296.043,28

- a) Saldo composto substancialmente por encargos sociais previdenciários e FGTS, bem como por impostos e contribuições sobre salários.

16. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
1. Sociais e Estatutárias	462.995,66	459.817,93
FATES – Resultado de Atos com Associados (a)	446.034,13	452.367,58
FATES – Resultado de Atos com Não Associados (a)	13.783,80	7.450,35
Gratificações e Participações a Pagar	3.177,73	0,00

2. Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	896.511,99	551.511,83
3. Credores Diversos País	8.315.478,10	3.300.773,13
Pendências a Regularizar (c)	834.451,79	181.149,50
Créditos de Filiadas (d)	7.046.754,21	2.848.961,44
Pagamentos a Processar	434.272,10	270.662,19
TOTAL = 1+2+3	9.674.985,75	4.312.102,89

- (a) Registro dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES, destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa Central, constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71;
- (b) Neste grupo de contas estão registradas as provisões de férias, 13º salário e os respectivos encargos e contribuições incidentes sobre esses valores, devidos aos empregados da Central Sicoob Norte;
- (c) Refere-se às pendências a regularizar no processamento de operações no sistema financeiro, cuja conciliação no mês seguinte, no curto prazo;
- (d) Provisão do rateio dos rendimentos da centralização financeira depositados na Central e repassados no mês subsequente às cooperativas filiadas à Central;

17. Instrumentos Financeiros Derivativos

O SICOOB NORTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado até a data do encerrado do primeiro semestre de 2021 apresenta a seguinte evolução em comparação com o exercício findo em 31/12/2020:

Qtde Cotas	Custo Unitário	30/06/2021	31/12/2020	Evolução %
84.100.272	1	84.100.272,51	-	5,14
79.985.427	1	-	79.985.427,18	-
09 Cooperativas de crédito associadas em 30/06/2021:				
Cód.	Nome	Capital Social-R\$		
3271	Sicoob Credip	18.175.494,43		
3273	Sicoob Ourocredi	7.781.936,63		
3278	Sicoob Acre	3.407.537,27		
3306	Sicoob Credjurd	3.765.869,87		
3315	Sicoob Amazônia	17.903.186,15		
3325	Sicoob Credisul	18.240.480,77		

3337	Sicoob Centro	13.006.717,77
3352	Sicoob Credempresa-AM	1.180.729,62
4619	EUCRED	638.320,00
TOTAL		84.100.272,51

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades nos termos na Lei 5.764/71. O Fundo de Reserva apresenta em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, saldo de R\$ 2.010.712,35 (dois milhões, dez mil, setecentos e doze reais e trinta e cinco centavos).

c) Outros Resultados Abrangentes

O saldo devedor de R\$ 1.223.426,02 (um milhão, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e dois centavos) apresentado em "Outros Resultados Abrangentes", corresponde ao ajuste de avaliação patrimonial registrado pelo Banco Sicoob em 30 de junho de 2021, cujo efeito foi contabilizado no patrimônio líquido da Central em razão da metodologia de cálculo e registro da equivalência patrimonial desse investimento (vide nota 10).

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras líquidas apuradas no exercício de 2020, no valor de R\$ 3.070.125,33 (três milhões, setenta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30.04.2021, foram destinadas para integralização no capital social das cooperativas filiadas, de forma proporcional ao pagamento do rateio do orçamento da Central.

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita de prestação de serviços	7.117,32	5.356,73
Despesas específicas de atos não cooperativos	(321,64)	(560,53)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(520,34)	(1.164,18)
Resultado operacional	6.275,34	3.632,02
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	3.845,99	1.186,20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.121,33	4.818,22
Imposto de Renda e Contribuição social	(5.002,96)	(1.723,26)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	5.118,37	3.094,96

20. Ingressos (Receitas) de operações de crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	998,88	0,00
Rendas de Empréstimos	148.660,56	402.374,33
Rendas de Financiamentos	11.060,24	0,00
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	10.691,70	0,00
TOTAL	171.411,38	402.374,33

21. Dispêndios (Despesas) da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(27.572.589,29)	(18.392.822,14)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(4.375,78)	0,00
Total	(27.576.965,07)	(18.392.822,14)

22. Dispêndios (Despesas) de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(100.559,88)	(97.368,30)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(598.146,81)	(628.798,42)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(558.320,70)	(528.898,62)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(901.097,58)	(850.250,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.270.687,79)	(2.075.900,30)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.161,75)	(16.164,15)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.843,82)	(2.924,20)
TOTAL	(4.431.818,33)	(4.200.304,71)

23. Outros Dispêndios (Despesas) Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(32.002,81)	(36.327,62)
Despesas de Aluguéis	(15.500,00)	(14.048,95)
Despesas de Comunicações	(55.373,43)	(56.469,28)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(20.537,94)	(9.631,29)
Despesas de Material	(15.863,73)	(22.284,71)
Despesas de Processamento de Dados	(84.111,55)	(130.006,76)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(34.478,78)	(27.687,50)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(5.797,69)	(79.993,78)
Despesas de Publicações	(6.550,00)	(6.735,60)
Despesas de Seguros	(23.211,33)	(22.500,78)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(175.147,18)	(119.134,35)
Despesas de Serviços de Terceiros	(19.396,33)	(16.820,42)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(11.556,75)	(9.634,05)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(109.594,93)	(85.639,44)
Despesas de Transporte	(2.201,43)	(12.337,89)
Despesas de Viagem no País	(9.463,85)	(251.788,13)
Despesas de Amortização	(5.240,07)	(7.821,25)
Despesas de Depreciação	(127.598,06)	(129.452,88)
Outras Despesas Administrativas	(740.575,58)	(665.198,98)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.092,49)	(561,76)
Contribuição a OCE	(600,00)	(600,00)
TOTAL	(1.495.893,93)	(1.704.675,42)

24. Dispêndios (Despesas) Tributárias

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas tributárias	(4.235,65)	(4.044,36)
Despesas de contribuições ao COFINS	(163,56)	(309,56)
Despesas de contribuições ao PIS e PASEP	(130,87)	(214,27)

Despesas Atualização de Impostos e Contribuições	(21.610,88)	(23.580,11)
Total	(26.140,96)	(28.148,30)

25. Outros Ingressos (Receitas) operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	315,00	19.850,73
Dividendos/Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	485.915,83	1.289.068,42
Deduções e abatimentos	11.741,72	93.651,61
Rateio de despesas da central entre as filiadas	6.450.638,40	6.032.392,14
Outras Rendas Operacionais	35.292,48	10.391,02
Total	6.983.903,43	7.445.353,92

26. Outros Dispêndios (Despesas) Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Descontos Concedidos	0,00	(73.801,84)
Contrib. ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(5,09)	0,00
Contrib. ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(0,88)	(0,53)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(137.090,93)	0,00
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(0,11)	(73.653,45)
Total	(137.097,01)	(147.455,82)

27. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas ou jurídicas que têm autoridades e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específicas.

a) Cooperativas Singulares:

O Sicoob Norte foi criado com objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas:

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Crédito	14.166.455,75	5.336.801,39	171.411,38	402.374,33
Valores a receber				
Rateio/Alocação Filiadas	1.857.141,90	527.243,37	6.450.638,40	6.032.392,14
Centralização Financeira	(2.369.006.985,21)	(1.793.050.404,50)	(27.572.589,29)	(18.392.822,14)
Rendimentos da centralização a pagar mês	(7.046.754,21)	(2.848.961,44)		
Patrimônio Líquido Capital Social	(84.100.272,51)	(79.985.427,18)		

- b) As transações com partes relacionadas referem-se a operações realizadas e a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pela Central Sicoob Norte do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhes são prestados:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	484.080,35	502.608,42
Cédula de Presença	82.939,86	100.287,43
Gratificação da Diretoria	31.126,60	25.902,57
Encargos Sociais	166.862,85	171.748,26
TOTAL	765.009,66	800.546,68

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Banco Sicoob.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras,

incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- b) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- c) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- d) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- e) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- f) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- g) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- h) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	74.784.849,34	60.027.924,35
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS} + ACP)	60.505.923,57	38.330.190,54
Capital Principal - CP	28.288.483,74	18.647.119,72
Nível I	0,00	0,00
Adicional de Capital Principal - ACP	10.215.285,80	5.179.755,48
Índice de Basileia %	11,84%	14,47%
Razão de Alavancagem (RA) %	3,01%	3,45%
Índice de imobilização %	2,97%	3,55%

31. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade previdência fechada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes ao limite de 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contribuição Previdência Privada	(28.969,56)	(23.074,97)
Total	(28.969,56)	(23.074,97)

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para demandas	Depósitos Judiciais (Nota 7)	Provisão para demandas	Depósitos Judiciais (Nota 7)
Trabalhistas	0,00	9.513,16	0,00	9.513,16
Outras Contingências	16.215,26	0,00	16.215,26	0,00
Total	16.215,26	9.513,16	16.215,26	9.513,16

Em 30/06/2021, segundo posicionamento da Assessoria Jurídica, a cooperativa figurava no polo passivo de demandas judiciais com risco de perda possível no valor estimado de R\$ 28.430,74 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e quatro centavos) que corresponde a uma ação judicial de natureza cível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

FRANCISCO
BARBOSA DE
SOUZA:106647182
72
Assinado de forma digital
por FRANCISCO BARBOSA
DE SOUZA:10664718272
Dados: 2021.08.30
15:58:39 -04'00'

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Executivo
CPF. 106.647.182-72

ALTAIR
SCHRAMM DE
SOUZA:20380
011204
Assinado de forma
digital por ALTAIR
SCHRAMM DE
SOUZA:20380011204
Dados: 2021.08.30
16:26:13 -04'00'

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro
CPF. 203.800.112-04

JOSE CARLOS
CORREA DA
CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE
CARLOS CORREA DA
CUNHA:11414855249
Dados: 2021.08.30 16:39:50 -03'00'

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 02897/O-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE

Porto Velho/RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB NORTE em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

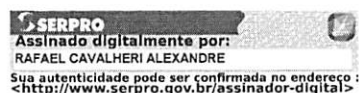
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 27 de agosto de 2021.



Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC 018041/O-2
CNAI 7697